

## Bem-vindos à newsletter da Provedoria de Justiça

Nesta terceira edição, continuamos a dar expressão ao trabalho de aproximação e de abertura da Provedoria à comunidade, divulgando o essencial da missão desta instituição, bem como as iniciativas e intervenções mais relevantes. Merece destaque a entrega do Relatório de Atividades 2024 à Assembleia da República, bem como a apresentação de um Relatório Temático sobre o controlo do ruído e ainda a realização dos primeiros “Encontros na Provedoria”, com debates sobre temas centrais em matérias de direitos humanos, como a liberdade de expressão e a justiça juvenil.

Partilhamos também um conjunto de ações recentes, desde intervenções concretas em defesa de cidadãos até à participação em eventos nacionais e internacionais. Encontrará ainda neste número referências à colaboração permanente com instituições homólogas do espaço lusófono.

Assim, convidamos todas as pessoas a explorar os conteúdos desta edição e a acompanhar o trabalho contínuo da Provedoria de Justiça na promoção e proteção dos direitos fundamentais.

### | Nesta edição

### | Destaques

### | Intervenções

### | Agenda

### | Passa a Palavra

## DESTAQUES

### Relatório à Assembleia da República 2024

O [Relatório de 2024 do Provedor de Justiça](#), acompanhado do [relatório anual da atividade desenvolvida enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção da tortura](#), entregue à Assembleia da República, segue a estrutura que vem sendo adotada nos últimos anos, com partes distintas dedicadas à *apresentação de problemas transversais*, a uma seleção dos *temas analisados* no ano, e à informação sobre a atividade do Provedor enquanto *Instituição Nacional de Direitos Humanos*. Este ano, a atuação do Estado face a contextos de pobreza foi o tema transversal do Relatório, sendo o tema Deficiência e Inclusão uma prioridade estratégica em 2024.





## Ruído: Provedoria de Justiça apresenta Relatório Temático

A Provedoria de Justiça divulgou um Relatório Temático sobre o controlo do ruído que identifica os principais problemas observados e apresenta um conjunto de recomendações sobre uma matéria que, não obstante o impacto significativo na saúde pública e na qualidade de vida em Portugal, é frequentemente desvalorizada pelos poderes públicos.

O relatório pode ser lido na íntegra [aqui](#).

## “Encontros na Provedoria” estreia com debate sobre direitos humanos, liberdade de expressão e dos media

A Provedoria de Justiça realizou, a 5 de maio, a primeira edição dos “Encontros na Provedoria”, uma nova iniciativa que visa promover o debate público sobre temas relevantes para o exercício de direitos e da cidadania. O primeiro encontro foi dedicado à liberdade de expressão e dos media, e contou com a participação de Teresa Ribeiro, Manuel Carvalho e Pedro Lomba, convidados pela Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral.

Pode assistir ao debate na íntegra através do canal oficial da Provedoria de Justiça no YouTube, clicando [aqui](#).



## Reflexão sobre sistemas de justiça juvenil na 2.ª edição de "Encontros na Provedoria"

A segunda edição dos “Encontros na Provedoria” realizou-se a 16 de junho e contou com a participação especial de Esther Giménez-Salinas, Síndic de Greuges (Provedora) da Catalunha, personalidade com vasta experiência e profundo saber, designadamente na área da justiça juvenil, e com reconhecido prestígio internacional.

Pode assistir ao debate na íntegra através do canal oficial da Provedoria de Justiça no YouTube, clicando [aqui](#).

---

## INTERVENÇÕES

### Pedidos de fiscalização da constitucionalidade

## **Artigo 176.º-C do Código Penal que consagra o crime de atos contrários à orientação sexual, identidade de género ou expressão de género**

A Provedora de Justiça requereu ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma do artigo 176.º-C do Código Penal, aditado pelo artigo 4.º da Lei n.º 15/2024, de 29 de janeiro e que consagra o crime de “atos contrários à orientação sexual, identidade de género ou expressão de género”, por entender que violava as exigências constitucionais de determinabilidade impostas em matéria criminal pelo princípio da tipicidade (artigo 29.º da Constituição), ao recorrer a conceitos indeterminados.

O pedido de fiscalização da constitucionalidade estende-se ainda, a título consequente, às normas constantes dos artigos 69.º-B, 69.º-C e 177.º do Código Penal, na redação dada pela Lei n.º 15/2024, que estabelecem penas acessórias e casos de agravamento da pena deste novo crime.

Para consultar o requerimento na íntegra, clique [aqui](#).

## **Recomendações**

### **Provedora de Justiça recomenda regulamentação nos Açores do apoio a doentes com Machado-Joseph**

A Provedora de Justiça dirigiu a [Recomendação 1/B/2025](#), ao Presidente do Governo Regional dos Açores, instando à regulamentação do [Decreto Legislativo Regional n.º 39/2023/A](#), de 23 de novembro, que estabelece medidas de apoio às pessoas diagnosticadas com a doença de Machado-Joseph, tendo o Governo Regional dos Açores prontamente acatado a referida recomendação, comprometendo-se a implementar o mais rapidamente possível a plena regulamentação do referido regime jurídico.

### **Recomendação 2/B/2025 – Garantias dos cidadãos face à segurança social cobradora**

A Provedora de Justiça recomendou a revisão do Decreto-Lei n.º 133/88, de 20 de abril para assim corrigir um conjunto de práticas irregulares que persistem há longos anos, não obstante diversos alertas, no âmbito da cobrança de prestações sociais pagas pela Segurança Social.

No dia 18 de julho, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social transmitiu à Provedoria de Justiça o “acolhimento integral” da referida [Recomendação n.º 2/B/2025](#), de 7 de maio, que instava à correção de práticas irregulares da Segurança Social quando se exige a devolução de prestações sociais indevidamente processadas, bem como à revisão do respetivo regime legal.

---

## **AGENDA**

**7 de maio e 26 de junho**

## **Grupo de Trabalho do Conselho Superior da Magistratura sobre Asilo e Migrações**

Participação do MNP em reuniões do Grupo de Trabalho do Conselho Superior da Magistratura sobre Asilo e Migrações para a elaboração de um Manual de Procedimentos dirigido às entidades responsáveis pelo controlo de fronteiras e pelo afastamento de estrangeiros do território nacional e que também sirva de referência para os tribunais judiciais na área criminal e de família e menores e para a AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

**15 e 16 de maio**

### **Seminário sobre «As Regras Penitenciárias Europeias como Referencial para as Condições Prisionais na Europa»**

Participação do MNP no seminário internacional sobre o tema “As Regras Penitenciárias Europeias como Referencial para as Condições Prisionais na Europa” organizado pela Academia de Direito Europeu (ERA), em parceria com o Conselho da Europa e outras entidades europeias. O evento decorreu em Estrasburgo. O seminário teve como objetivo analisar a aplicação prática das Regras Penitenciárias Europeias, o impacto da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, bem como promover boas práticas na gestão prisional, com especial enfoque em reclusos estrangeiros, jovens e pessoas com perturbações mentais.

**20 de maio**

### **Webinar da Rede CPLP de Direitos Humanos sobre Alterações Climáticas e Direitos Humanos**

Realização de webinar da Rede CPLP, sobre o tema: «Desafios atuais à ação dos Provedores de Justiça e instituições de direitos humanos: alterações climáticas». Esta iniciativa teve por objetivo reforçar a capacitação técnica dos colaboradores das instituições que integram a Rede, através da partilha de experiências e da discussão de temas de interesse comum.

**22 e 23 de maio**

### **“European Conference on the Monitoring of Conditions in Administrative Detention Centers for Migrant People”**

Participação do MNP na “European Conference on the Monitoring of Conditions in Administrative Detention Centers for Migrant People” promovida pela CILD - Coligação Italiana para as Liberdades e Direitos Civis, em colaboração com diversas organizações da sociedade civil e mecanismos nacionais de prevenção de vários países europeus. O principal objetivo do encontro foi promover a reflexão, a partilha de boas práticas e o fortalecimento da cooperação entre instituições e organizações na monitorização das condições de detenção de pessoas migrantes, com particular enfoque na prevenção da tortura e de tratamentos desumanos ou degradantes.

**5 de junho**

### **Conferência sobre “Monitorização da Detenção Policial”**

Participação do MNP na conferência internacional sobre “Monitorização da Detenção Policial” realizada em Estrasburgo e organizada pelo Conselho da Europa. A conferência incluiu sessões de formação, intercâmbio de boas práticas e debates entre participantes, contando com a presença de peritos do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura, membros de MNP e representantes de organizações não governamentais.

**11 de junho**

### **Visita de Delegação da Provedoria de Justiça de Cabo Verde**

Acolhimento de uma delegação da Provedoria de Justiça de Cabo Verde, para intercâmbio de boas práticas.

A visita teve como objetivo aprofundar temas da atividade do MNP relacionados com o reforço das práticas de prevenção de maus-tratos, bem como de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em todos os locais de privação da liberdade. Foram ainda abordadas questões como a monitorização sistemática, a formulação de recomendações e a promoção de boas práticas neste domínio.

**17 de junho**

### **Webinar da Rede CPLP de Direitos Humanos sobre “O papel da GANHRI no fortalecimento institucional das INDHs: acreditação e implementação dos Princípios de Paris”**

Realização de webinar sobre “O papel da GANHRI no fortalecimento institucional das INDHs: acreditação e implementação dos Princípios de Paris”, indo ao encontro de um dos objetivos desta Rede informal.

O seminário contou com a participação de representantes da Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (conhecida pela sigla inglesa GANHRI), reconhecida como parceira das Nações Unidas.

**24 de junho**

### **Visita do MNP ao projeto “Casas Primeiro” - desenvolvido pela AEIPS Associação para o Estudo e Integração Psicossocial**

Este programa, inspirado no modelo «Housing First», proporciona o acesso a uma habitação individualizada e dá prioridade a pessoas que se encontrem a viver na rua na cidade de Lisboa, com problemas de saúde mental, podendo servir de modelo para o alojamento temporário de estrangeiros, como alternativa à detenção.

**28 de junho**

### **Curso de formação de formadores**

Em dois períodos diversos de 2025, um total de 10 colaboradores da Provedoria de Justiça com funções e cargos diferenciados frequentaram um curso de formação de formadores reconhecido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) com um total de 90 horas. Com este curso obtiveram Certificado de Competências Pedagógicas necessário para o exercício da atividade de formador que os habilita nas vertentes de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de competências relacionadas com a conceção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de ações de formação.

**9 de julho**

### **Reunião com a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais**

No passado dia 9 de julho, a Provedoria de Justiça recebeu a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF). O encontro serviu para uma apresentação e discussão das principais conclusões que resultam do [Relatório de Atividades do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2024](#).

**14 de julho**

### **Reunião com os representantes do Grupo de Peritos sobre o Tráfico de Seres Humanos**

Reunião com a delegação do Grupo de Peritos sobre o Tráfico de Seres Humanos (GRETA), durante a sua deslocação a Lisboa, no âmbito da quarta visita de avaliação da implementação da Convenção do Conselho da

Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. Esta ronda de avaliação centrou-se nas vulnerabilidades ao tráfico de seres humanos e nas medidas tomadas pelos Estados Partes para prevenir a exploração, detectar e apoiar as vítimas vulneráveis e punir os infratores, sendo dada uma atenção especial à utilização das tecnologias da informação e da comunicação.

**18 de julho**

## **Visita de Delegação da Provedoria de Justiça de Angola**

Acolhimento de delegação da Provedoria de Justiça de Angola, reforçando a cooperação e o intercâmbio entre as instituições. A visita promoveu a partilha de experiências na tramitação de queixas, tecnologias de informação e secretariado.

**28 de junho**

## **Provedoria de Justiça associou-se à Noite da Literatura Europeia 2025**



A Provedoria de Justiça associou-se, pela primeira vez, à Noite da Literatura Europeia. A iniciativa foi promovida pela EUNIC Portugal, com o apoio da Representação da Comissão Europeia. Nesta noite dedicada à palavra, o Palácio Vilalva, sede da Provedoria de Justiça, abriu as portas ao público para acolher duas leituras encenadas de obras literárias marcantes: Inyenzi ou as Baratas, da escritora ruandesa Scholastique Mukasonga, e A Picada de Abelha, do autor irlandês Paul Murray. Dois romances intensos e profundamente humanos, que abordam temas como a memória, a dor, a esperança e a dignidade – pilares também dos direitos humanos.

---

## **PASSA A PALAVRA**

### **Concurso “O Futuro dos Direitos é Agora”**



Após a receção de um elevado número de candidaturas para o concurso “O Futuro dos Direitos é Agora”, marcadas pela diversidade e criatividade, a seleção dos trabalhos distinguidos revelou-se particularmente desafiante. Temos o prazer de informar que os vencedores serão anunciados em breve, juntamente com a divulgação das obras selecionadas.

Obrigada a todos os participantes pelo entusiasmo e talento demonstrado, bem como a todos os que contribuíram para o sucesso desta iniciativa.

Mais novidades em breve.

## A Provedoria de Justiça está nas redes sociais



*A Newsletter da Provedoria de Justiça é uma publicação digital de periodicidade trimestral destinada a informar sobre a missão e trabalho do Provedor do Justiça, a par dos desenvolvimentos mais relevantes, nacionais e internacionais, no âmbito da promoção e proteção dos direitos humanos. Está acessível em [www.provedor-jus.pt](http://www.provedor-jus.pt).*

---

Copyright © 2025 provedor-jus.pt // All rights reserved.

<https://www.provedor-jus.pt>  
(+351) 213 926 600/19/21/22

Palácio Vilalva  
Rua Marquês de Fronteira  
1069-452 Lisboa

Pretende alterar a forma como recebe estes emails?  
Pode [atualizar as suas preferências ou anular a subscrição](#)

[Ver no Browser](#)



---

This email was sent to <<Email Address>>

[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)  
Provedoria de Justiça · Palácio Vilalva · Rua Marques de Fronteira · Lisboa 1069 · Portugal